



Cenário político-econômico brasileiro: influência da ideologia político-partidária do governo federal na agressividade tributária das empresas de capital aberto

Edielma Santos de Jesus
Universidade Federal de Goiás
edielmasantos@discente.ufg.br

Lúcio de Souza Machado
Universidade Federal de Goiás
luciomachado@ufg.br

Dermeval Martins Borges Júnior
Universidade Federal de Goiás (UFG)
dermeval.junior@ufg.br

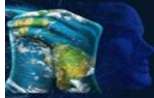
Michele Rílany Rodrigues Machado
Universidade Federal de Goiás
michelemachado@ufg.br

Resumo

Este estudo investigou a relação entre a ideologia político-partidária do governo federal e a agressividade tributária de empresas brasileiras de capital aberto. Diante da escassez de pesquisas sobre o tema, este estudo contribui à literatura ao fornecer evidências empíricas que auxiliam o planejamento tributário das empresas em distintos cenários políticos. A metodologia empregou uma abordagem quantitativa, utilizando dados da plataforma Economática® de companhias listadas na B3. Empresas do setor financeiro foram excluídas por suas particularidades normativas. A pesquisa utilizou a *Effective Tax Rate* (ETR) como proxy para a agressividade tributária e aplicou modelos de regressão com dados em painel. Três hipóteses foram testadas: H1, que sugeria que governos de direita influenciariam negativamente a agressividade tributária; H2, que previa uma influência positiva de governos de esquerda; e H3, que propunha que governos de centro não teriam influência significativa. Os resultados obtidos refutaram H1, indicando que governos de direita estão associados a menores taxas efetivas de tributação, o que sugere uma maior agressividade tributária. Em contrapartida, governos de centro apresentaram ETRs superiores, o que sugere uma menor propensão à elisão fiscal. Esse resultado para governos de centro, no entanto, deve ser interpretado com cautela, dado o contexto econômico e político atípico em que o governo em questão esteve inserido, o que levou à refutação parcial de H3. Por outro lado, o governo de esquerda não demonstrou significância estatística em nenhum dos modelos analisados. O estudo também revelou que a sensibilidade à influência ideológica do governo federal varia entre os setores econômicos. As limitações metodológicas foram discutidas, e os achados da pesquisa reforçam o debate sobre o papel da política fiscal e econômica no Brasil e suas consequências práticas nas decisões estratégicas das empresas relacionadas ao *tax avoidance* (agressividade tributária).

Linha temática: Contabilidade Financeira e Finanças

Palavras-Chave: Planejamento tributário; Política econômica; *Effective tax rate* (ETR).



1. Introdução

A tributação sobre o lucro das pessoas jurídicas é uma das principais fontes de receita do governo federal no Brasil, representando a terceira maior forma de arrecadação. De acordo com a Lei n.º 9.718/1998, empresas com receita anual superior a R\$ 78 milhões são obrigadas a adotar o regime de Lucro Real, sobre o qual incidem o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A política tributária é profundamente influenciada pela ideologia do governo federal. Diferentes correntes ideológicas podem resultar em medidas mais ou menos rigorosas na tributação, afetando diretamente o planejamento fiscal das empresas, como observado em estudos que analisaram a influência ideológica nos resultados fiscais estaduais (Arvate, Avelino & Lucinda, 2008). A literatura sugere que, em geral, partidos de esquerda tendem a favorecer um Estado mais atuante, enquanto partidos de direita preferem uma menor interferência na economia (Arvate, Avelino & Lucinda, 2008).

Essa dinâmica política impacta a gestão fiscal e a agressividade tributária das empresas. Bartoluzzio et al. (2023) argumentam que as diferentes orientações ideológicas de partidos políticos geram resultados distintos na arrecadação de receitas e na gestão de custos. Mamede Júnior et al. (2023) e Bartoluzzio et al. (2023) identificaram maior agressividade tributária em empresas sob governos de tendência mais liberal (centro e direita) e apontam que partidos de direita apresentam melhor gestão fiscal. Já a pesquisa de Lazzari (2022) indica que governos de esquerda se inclinam a maior arrecadação via tributos diretos, enquanto os de direita preferem tributos indiretos.

Considerando que os tributos sobre o lucro consomem uma parte significativa do resultado e do caixa das empresas, a baixa liquidez pode incentivar uma maior agressividade tributária (Martinez & Salles, 2018). Diante deste cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Há influência da ideologia político-partidária do governo federal sobre a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto?

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a ideologia político-partidária do governo federal e a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto. A pesquisa se justifica pela necessidade de preencher uma lacuna na literatura brasileira, que ainda pouco explora a influência da ideologia política na agressividade fiscal, embora aborde outras variáveis como a participação estatal (Brugni, Prates & Vieira, 2025) e a financeirização corporativa (Martinez et al., 2024). A contribuição deste trabalho é fornecer uma análise empírica detalhada, com dados mais recentes, sobre a relação entre os espectros ideológicos dos governos e os níveis efetivos de tributação, oferecendo informações relevantes para que as empresas possam se posicionar e realizar projeções estratégicas em diferentes contextos políticos.

2. Referencial Teórico

O presente estudo se baseia em dois temas centrais, agressividade tributária e ideologia político-partidária, os quais serão abordados e trabalhados nos subtópicos que seguem.

2.1 Agressividade tributária

A agressividade tributária, também conhecida como *tax aggressiveness* ou *tax avoidance*, refere-se às estratégias adotadas pelas empresas para minimizar ou evitar o pagamento de impostos (Ftouhi & Ghardallou, 2020; Martinez, 2017). A busca pela redução de custos e maximização dos lucros tem levado as empresas a adotarem planejamentos fiscais cada vez mais agressivos.

Diversos fatores influenciam o nível de agressividade tributária. A regulação do mercado, por exemplo, é um deles. França e Bezerra (2022) demonstram que empresas que operam em mercados regulados tendem a ser menos agressivas fiscalmente do que as que atuam



no livre mercado. Duhoon e Singh (2023) identificaram que características internas da empresa, conexões políticas e atividades de responsabilidade social corporativa também impactam as decisões tributárias, ressaltando a relação de custo-benefício dessas práticas. A estrutura de controle da empresa também é relevante: Martinez e Fonseca (2020) observaram que acionistas majoritários de empresas com controle mais acentuado tendem a evitar planejamentos agressivos para não levantar desconfiança dos acionistas minoritários. Essa preocupação com a reputação é compartilhada por executivos, conforme evidenciado por Graham et al. (2014), em que 69% dos participantes da pesquisa demonstraram preocupação com a imagem da empresa.

Um ponto de atenção é a relação entre a agressividade tributária e a situação financeira da empresa. Ferreira et al. (2024) constataram que empresas recorrem a essa prática em momentos de dificuldade de caixa para amenizar custos, embora não tenham encontrado variações significativas na agressividade durante períodos de crise econômica. Esse achado contrasta com o estudo de Tardin e Oliveira (2021), que identificou um aumento da agressividade tributária em tempos de crise.

A relação entre agressividade fiscal e rentabilidade também é ambígua na literatura. Xavier, Theiss e Ferreira (2022) não encontraram evidências suficientes para provar essa relação em empresas da B3. Uma explicação para isso pode ser o impacto negativo da agressividade fiscal na transparência corporativa, que afeta a confiança nas demonstrações financeiras, conforme sugerido por Moraes et al. (2021).

No contexto brasileiro, a agressividade tributária é influenciada pela alta carga tributária e pela complexidade da legislação. Marques et al. (2022) alertam que a carga tributária alta incentiva a implementação de políticas fiscais agressivas, podendo levar à evasão. Eles também corroboram os achados de Ferreira et al. (2024) de que empresas brasileiras não aumentam a agressividade tributária durante incertezas econômicas.

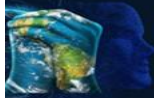
Além disso, estudos específicos sobre o Brasil mostram que empresas menores tendem a ser mais agressivas fiscalmente (Martinez & Reinders, 2018). Curiosamente, Martinez e Reinders (2018) não encontraram uma relação entre agressividade tributária e rentabilidade futura, o que pode indicar que os custos de planejamento tributário agressivo superam os ganhos. Outro estudo comparou empresas de capital aberto e fechado, evidenciando que as de capital aberto, apesar de estarem sob maior escrutínio, apresentam maior agressividade tributária (Rodrigues & Galdi, 2020).

A complexidade da legislação brasileira e a disponibilidade de programas de parcelamento também são fatores relevantes. Gomes et al. (2024) destacam a alta "desobediência" fiscal e o desestímulo ao pagamento pontual de tributos devido à existência de parcelamentos que oferecem descontos em multas e juros. Embora esses programas adiem o desembolso, Marinho e Machado (2024) verificaram que empresas que usam parcelamentos especiais geralmente apresentam maior agressividade tributária, com taxas efetivas de imposto menores.

2.2 Ideologias político-partidárias

As ideologias políticas, como as conhecemos hoje, foram moldadas ao longo de anos. A esquerda, por exemplo, é historicamente associada a pensadores como Engels e Marx (1982), que defendiam a luta de classes, a crítica ao capitalismo e a concentração do poder no Estado para intervir na desigualdade social (Pereira, 2006). Para essa visão, a tributação deve ser extensiva para financiar serviços públicos (Couto, 2006).

Por outro lado, a direita tem em Smith (1983) um de seus precursores, com o conceito da "mão invisível" que defende a autorregulação do mercado sem a necessidade de intervenção estatal. A ideia de Estado mínimo é um pilar da direita atual no Brasil, especialmente no que tange a política econômica, priorizando a redução da intervenção estatal e as privatizações, o que, segundo Silva e Silva (2023), pode ter impacto negativo nos direitos sociais e ampliar as



desigualdades. A direita busca, acima de tudo, a manutenção da ordem, com a participação do Estado limitada a esse objetivo (Pereira, 2006). A direita vê os tributos como prejudiciais às empresas, pois aumentam os custos e inibem o crescimento econômico (Oliveira, 2003).

Entre os extremos, existe o centrismo, uma ideologia híbrida que busca conectar características da esquerda e da direita, sem se inclinar totalmente para nenhum dos lados (Bobbio, 1995).

A relação entre ideologia e gestão fiscal na prática é complexa. Alguns estudos, como os de Barbosa et al. (2019) e Arvate, Avelino e Lucinda (2008), contrariam a percepção comum de que governos de esquerda sempre arrecadam e gastam mais. Arvate, Avelino e Lucinda (2008) mostram que governos de direita no Brasil obtiveram melhores resultados fiscais primários, com foco na gestão de custos, mesmo com arrecadação contida. Por sua vez, governos de esquerda, apesar de sua característica de arrecadar mais, demonstraram uma gestão de custos mais frágil, muitas vezes devido a programas e incentivos fiscais. Essa tendência também foi observada em nível municipal por Bartoluzzio et al. (2023), que demonstram uma pior gestão fiscal em partidos de esquerda.

No entanto, a influência da ideologia não é uma regra absoluta. Cossio (2001) sugere que o impacto da ideologia partidária nos resultados fiscais pode ser mitigado por coalizões, onde governos multipartidários não seguem diretrizes ideológicas homogêneas.

A ideologia de governo tem implicações diretas na agressividade tributária das empresas. Brugni, Prates e Vieira (2025) identificaram que empresas com participação estatal são menos agressivas fiscalmente, enquanto governos com viés liberal estão associados a uma maior agressividade. Mamede Júnior et al. (2023) corroboram essa ideia ao mostrar que mudanças no ambiente político e econômico afetam os incentivos gerenciais e as estratégias tributárias. Este estudo, portanto, aprofunda a compreensão de como a orientação político-partidária do executivo federal influencia as estratégias fiscais das empresas privadas.

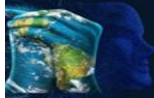
2.3 Relação entre ideologia partidária do governo federal e agressividade tributária das empresas

A política tributária é profundamente influenciada pela ideologia do governo federal, o que levanta a questão de sua relação com a agressividade fiscal das empresas. Alguns estudos, como os de Brugni, Prates e Vieira (2025) e Mamede Júnior et al. (2023), indicam que essa influência é real, afetando a taxa efetiva de impostos a que as empresas estão sujeitas. Este estudo propõe que existe uma relação estatisticamente significativa entre a ideologia do governo federal e a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto.

Governos de direita tendem a ter menor arrecadação de tributos diretos (Lazzari, 2022; Bartoluzzio et al., 2023). Isso sugere que as empresas, sob esses governos, não precisam investir tanto em planejamento tributário agressivo. O foco desses governos em gestão de custos também pode resultar em melhores resultados fiscais, indicando menor agressividade por parte das empresas (Arvate, Avelino & Lucinda, 2008). Por isso, a primeira hipótese, H1, é que governos federais de direita influenciam negativamente a agressividade tributária nas empresas brasileiras de capital aberto.

Já os partidos de esquerda podem apresentar uma gestão fiscal menos eficiente, o que pode criar um ambiente propício para planejamentos fiscais mais agressivos (Bartoluzzio et al., 2023). A tendência desses governos de buscar o máximo de recursos para financiar o Estado (Coelho, 2013) pode incentivar as empresas a adotarem estratégias agressivas para mitigar a alta carga tributária. A segunda hipótese, H2, portanto, é que governos federais de esquerda influenciam positivamente a agressividade tributária nas empresas brasileiras de capital aberto.

Por fim, partidos de centro, com um comportamento mais pragmático e menos ideológico, focam em coalizões e acordos de curto prazo (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023). Essa neutralidade tende a evitar grandes mudanças na política tributária, fazendo com que as



empresas mantenham suas estratégias fiscais estáveis. A heterogeneidade ideológica das coalizões de centro pode mitigar o impacto de uma única ideologia na gestão fiscal (Cossio, 2001). Assim, a terceira hipótese, H3, é que partidos de centro não geram influência significativa sobre a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, com abordagem quantitativa, e tem como objetivo analisar a influência da ideologia político-partidária do governo federal sobre a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto. De acordo com Martins (2004), o estudo descritivo visa descrever as características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, sem a intervenção do pesquisador.

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, com análise de dados financeiros das empresas listadas na B3, exceto o segmento financeiro, visto que, por força da Resolução CMN n.º 4.858, de 23 de outubro de 2020 e da Resolução BCB n.º 92, de 6 de maio de 2021, são obrigadas a seguir o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), uma norma específica para as instituições financeiras. Com base em Martins e Theóphilo (2016), a abordagem quantitativa é apropriada para a análise de dados numéricos e a identificação de padrões, permitindo a generalização de resultados e a aplicação de testes estatísticos.

3.1 População e amostra

Para a realização deste estudo, foram analisados os dados das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que estão classificadas em 11 setores econômicos, conforme a Tabela 1. Foram analisados todos os segmentos da B3, com exceção somente, do segmento financeiro, visto que possui um modelo de contabilização diferente (COSIF), determinado pelo Banco Central (BACEN), de forma que impossibilita a comparabilidade com as demais entidades.

A amostra é composta, portanto, por 300 empresas, cujos dados foram extraídos da Economática®, uma plataforma especializada que oferece informações financeiras sobre empresas listadas na bolsa. A amostra, deste modo, se estabelece da seguinte forma:

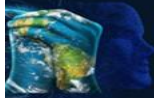
Tabela 1

Distribuição das empresas por setor de atuação.

Setor	Nº de Empresas
Sem classificação	3
Bens industriais	54
Comunicações	7
Consumo cíclico	83
Consumo não cíclico	26
Materiais básicos	29
Outros	9
Petróleo, gás e biocombustíveis	9
Saúde	22
Tecnologia da informação	13
Utilidade pública	45
Total	300

Fonte: Elaborada pelos autores.

Do conjunto de dados inicialmente extraído, foram excluídas as empresas que apresentaram LAIR negativo, conforme a premissa adotada em diversos estudos clássicos e atuais, como Dyreng, Hanlon e Maydew (2008), Badertscher, Katz e Rego (2013), Ramalho e Martinez (2014), Mamede Júnior *et al.* (2023), segundo a qual essas entidades não possuem base de cálculo tributável, comprometendo a mensuração da ETR. Além disso, seguindo a



mesma metodologia utilizada em estudos como o de Richardson, Taylor e Lanis (2014), Gaaya, Lakhal e Lakhal (2017), Santos *et al.* (2021) e Marinho e Machado (2024), também foram eliminadas as observações com ETR inferior a 0 ou superior a 1, por representarem situações atípicas, frequentemente decorrentes de eventos não recorrentes, como reversões de provisões, reconhecimento de ágios ou lançamento de despesas não dedutíveis, que distorcem a realidade operacional da empresa.

Após esses ajustes, a amostra final utilizada nas análises compreendeu 1.317 (mil trezentas e dezessete) observações válidas, conforme apresentado na Tabela 2. Os ajustes realizados não implicam em vices de seleção, mantendo-se a amostra com quantidade significativa de observações.

Tabela 2

Ajustes realizados na coleta inicial

Descrição	Quantidade
Total de observações iniciais, exceto segmento financeiro	2.384
(-) LAIR negativo	(692)
(-) ETR abaixo de 0 ou acima de 1	(375)
(=) Total de observações válidas utilizadas	1.317

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.2 Governos analisados

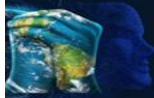
O presidente Michel Temer (31/08/2016 a 2018), durante seu mandato estava filiado ao então partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que em 2017 retornou à sigla original MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o qual se declara de centro. É importante destacar que o plano plurianual do governo Temer se manteve aquele promulgado durante o mandato da presidente Dilma Rousseff (2015 a 31/08/2016), mesmo após seu *impeachment*.

O presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022), durante sua eleição até novembro de 2019 esteve filiado ao partido PSL (Partido Social Liberal), que, apesar de não possuir uma declaração oficial a respeito da sua ideologia, suas ações, posicionamentos e alianças dispõem o partido no espectro ideológico da direita, o que é corroborado pela pesquisa de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). De novembro de 2019 a novembro de 2021, Jair Bolsonaro ficou sem partido, mas seguindo com a ideologia de direita. De novembro de 2021 até o fim do seu mandato, Bolsonaro se filiou ao PL (Partido Liberal), que também não se autodeclara oficialmente como partido de direita, mas seus posicionamentos, ações e alianças também colocam o partido no espectro ideológico da direita, o que é corroborado com os estudos de Souza *et al.* (2015).

Já o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, é filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), desde sua primeira candidatura, em 2002, até o mandato vigente. O PT, em sua Carta de Princípios, deixa evidente seu posicionamento ideológico de esquerda.

Neste sentido, o período de análise abrange os anos de 2018, 2022 e 2024, com exceção do último trimestre em todos os anos. O recorte temporal foi feito de forma estratégica, visto que, à época da coleta de dados (início de 2025), as informações do último trimestre de 2024 não haviam sido divulgados na CVM, em decorrência do prazo normativo que as empresas possuem para publicação das demonstrações. Para evitar a ocorrência de viés nos resultados, o último trimestre de todos os anos não foi considerado.

A quantidade de trimestres por governo foi determinada, também, em virtude de que houve somente um mandato de centro e de curto período, decorrente do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, onde seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu o poder. Além disso, o governo de direita, chefiado por Jair Bolsonaro, 2019 a 2022, foi marcado pela



pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021, havendo a necessidade de desconsiderar este período evitando a obtenção de resultados enviesados.

Outro fator crucial para a definição do período de análise foi a inviabilidade de utilizar os dados referentes ao primeiro ano de mandato dos governos. Isto porque o art. 35, §1º, da Lei n.º 10.180/2001 determina que o Plano Plurianual terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente àquele em que for aprovado. Isto significa que durante o primeiro ano do mandato os governos ainda possuem a obrigação de seguir o plano plurianual do governo anterior, portanto, para evitar conflitos nos resultados, não foi possível utilizar o primeiro ano dos mandatos analisados. Deste modo, os governos e períodos analisados foram conforme evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3

Partidos e períodos analisados

Presidente	Partido	Período
Michel Temer	MDB	1º ao 3º Trim./2018
Jair Messias Bolsonaro	PL	1º ao 3º Trim./2022
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	1º ao 3º Trim./2024

Fonte: Elaborada pelos autores.

A base de dados foi coletada da Economática®, e as informações foram obtidas das demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, e dos indicadores financeiros que são calculados e fornecidos diretamente pela própria plataforma.

3.3 Variáveis de pesquisa

3.3.1 Variável dependente

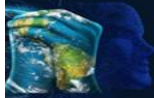
A variável dependente AF_{it} (Agressividade Fiscal) se trata da agressividade tributária e será operacionalizada através de uma única *proxy*, a GAAP ETR. Conforme Chen *et al.* (2010), Hanlon e Heitzman (2010), Silva (2017) e Shevlin, Thornock e Williams (2017), a ETR é obtida pela divisão entre o total de tributos apropriados (IRPJ e CSLL, tanto correntes quanto diferidos) e o lucro antes dos tributos sobre a renda (LAIR). Ainda de acordo com os autores, quanto menor for este resultado, maior será a agressividade tributária da empresa.

A ETR foi escolhida como *proxy* neste estudo por ser amplamente utilizada nas pesquisas tais como de Ftouhi e Ghardallou (2020), Tardin e Oliveira (2021), Moraes *et al.* (2021), Guenther, Krull e Williams (2021), França e Bezerra (2022), Mamede Júnior *et al.* (2023), Marinho e Machado (2024), Saragih e Ali (2023), Ferreira *et al.* (2024). De acordo com Hanlon e Heitzman (2010), é a taxa mais utilizada para medir o grau de agressividade das empresas. Martinez (2017) mostra que 84% dos administradores de entidades listadas na B3 se importam com esta variável. Chen *et al.* (2010) apontam que empresas que possuem maior agressividade tributária apresentam taxas efetivas de impostos (ETRs) menores.

A Instrução Normativa n.º 1.700/2017 determina que a taxa tributária nominal no Brasil é de 34%, composta por 25% de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e 9% de Contribuição Sobre o Lucro Líquido. Esse entendimento também está consolidado no Decreto n.º 9.580/2018, que aprova o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) e sistematiza a legislação aplicável ao IRPJ e à CSLL. No entanto, a ETR pode ser superior ou inferior à taxa nominal, a depender das estratégias fiscais adotadas pelas empresas.

3.3.2 Variável independente de interesse

A variável independente de interesse GOV_{it} trata-se de uma *dummy*, que será a ideologia político-partidária dos governos, esquerda, centro e direita. A análise verificará se haverá impacto na variável dependente, ETR, quando se altera a variável independente, GOV, a qual representa os três distintos governos que serão analisados.



A *dummy GOV_{it}* foi trabalhada da seguinte forma: ao analisar a influência do governo de direita, adotou-se 1 para direita e 0 para esquerda e centro; ao analisar a influência do governo de esquerda, adotou-se 1 para esquerda e 0 para direita e centro; e ao analisar a influência do governo de centro, adotou-se 1 para centro e 0 para esquerda e direita. Especificações a respeito do cálculo das variáveis pode ser observado na Tabela 4.

3.3.3 Variáveis de controle

Para que haja um controle sobre outros fatores que podem impactar a agressividade tributária, foram definidas as seguintes principais variáveis de controle, com base nos estudos de Chen *et al.* (2010), Ramalho e Martinez (2014), Shevlin, Thornock e Williams (2017), Mocanu, Constantin e Vasile (2020), Nesbitt, Persson e Shaw (2020), Moraes *et al.* (2021), Tardin e Oliveira (2021), França e Bezerra (2022), Marinho e Machado (2024), Mamede Júnior *et al.* (2023), Ferreira *et al.* (2024): tamanho da empresa (logAT), alavancagem (LEV) e rentabilidade (ROA).

De acordo com Chen *et al.* (2010), Mocanu, Constantin e Vasile (2020) e Mamede Júnior *et al.* (2023), as entidades que possuem maior lucratividade tendem a apresentar uma maior ETR, por isso optou-se por inserir as variáveis de retorno sobre o ativo total (ROA) e o grau de alavancagem (LEV).

Segundo Ramalho e Martinez (2014), Shevlin, Thornock e Williams (2017), Nesbitt, Persson e Shaw (2020) e Ferreira *et al.* (2024), as empresas maiores possuem uma melhor relação entre custo e benefício da agressividade tributária, possuindo, portanto, maior motivação para assumir uma postura mais agressiva, por isso foi escolhida a variável de tamanho (logAT).

3.3.4 Resumo das variáveis e suas definições operacionais

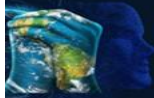
A Tabela 4 apresenta um resumo das variáveis utilizadas na pesquisa, sendo elas a variável dependente, que representa a agressividade tributária, a variável independente de interesse, a ideologia político-partidária dos governos federais, e as variáveis de controle, características econômico-financeiras das empresas que afetam a variável dependente.

Tabela 4

Resumo das variáveis, dependente e independentes respectivamente.

Variável	Sigla	Fórmula	Descrição	Referências
Agressividade fiscal	ETR	$(IRPJ + CSLL) / LAIR$	Taxa efetiva de tributos do período	Silva (2017); Hanlon e Heitzman (2010); Martinez (2017)
Ideologia política	GOV	<i>Dummy</i>	1: se o governo pertence ao espectro esquerda, direita ou centro; 0 para os demais.	-
Tamanho	logAT	<i>log</i> do ativo	Logaritmo natural do ativo total	Ramalho e Martinez (2014); Shevlin, Thornock e Williams (2017); Nesbitt, Persson e Shaw (2020)
Alavancagem	LEV	$(PC+PNC)/AT$	Grau de alavancagem da empresa	Chen <i>et al.</i> (2010); Mocanu, Constantin e Vasile (2020)
Retorno sobre os ativos	ROA	LO / AT	Razão entre Lucro Operacional e Ativo Total	Chen <i>et al.</i> (2010); Mocanu, Constantin e Vasile (2020)

Fonte: Elaborada pelos autores.



3.4 Modelo Econométrico

Para testar as hipóteses de pesquisa, foi desenvolvido o seguinte modelo econométrico:

$$AF_{it} = \beta_0 + \beta_1 GOV_{it} + \beta_2 \log AT_{it} + \beta_3 LEV_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

AF_{it} = agressividade tributária, representada pela *proxy* ETR;

GOV_{it} = *dummy* referente à ideologia política;

$\log AT_{it}$ = logaritmo natural do ativo total, determinando o tamanho da entidade;

LEV_{it} = grau de alavancagem;

ROA_{it} = retorno sobre os ativos.

A escolha pela abordagem quantitativa e a utilização de análise estatística se justifica pelo grande volume de dados disponíveis e pela necessidade de apresentar resultados objetivos, que possam ser validados, comparados e replicados em futuras pesquisas.

A análise de dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas, que, conforme Martins (2004), permitem sumarizar e organizar os dados de forma a fornecer uma visão geral das tendências e padrões presentes na amostra. Além disso, foram utilizadas técnicas de análise estatística inferencial para testar as hipóteses e verificar se existe uma relação significativa entre a ideologia político-partidária do governo federal e a agressividade tributária das empresas analisadas.

De modo a alcançar o objetivo da pesquisa, avaliar a influência da ideologia político-partidária do governo federal na agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto, foram utilizados modelos de regressão com dados em painel, visto que os dados e períodos requeridos são os mesmos para todas as entidades. Para a realização dos testes foi utilizado o software Stata® versão 17.0, por sua vasta aplicabilidade em pesquisas anteriores, inclusive, nas citadas neste trabalho.

Wooldridge (2010), apresenta três abordagens para analisar os dados em painel: Modelo POLS – Pooled Ordinary Least Square, Modelo de Efeitos Fixos e Modelo de Efeitos Aleatórios. A escolha de um destes modelos necessita que se leve em consideração as características e as limitações dos dados, e também que seja respaldada por testes específicos. Para estimar o modelo de dados em painel mais adequado para este estudo foi empregado o Teste de Chow, para escolher entre Efeitos Fixos ou Pooled, Teste Lagrange Multiplier de Breusch-Pagan, escolher entre Efeitos Aleatórios ou Pooled, e Teste de Hausman, para escolher entre o modelo de Efeitos Fixo ou Efeitos Aleatórios (Gujarati; Porter, 2011).

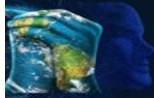
Portanto, a estrutura dos dados foi confirmada como painel por meio do Teste de Chow ($p = 0,0341$), e o modelo estatístico mais adequado foi identificado como de efeitos aleatórios pelo Teste de Hausman ($p = 0,8006$) e confirmado pelo teste LM de Breusch-Pagan, escolha entre efeitos aleatórios e pooled. A análise de robustez confirmou a ausência de multicolinearidade entre variáveis explicativas (VIF médio de 1,26) e heterocedasticidade dos resíduos (Teste de Wald Modificado com $p = 0,4070$), assegurando a confiabilidade dos resultados obtidos. A Tabela 5 relaciona os testes de pressupostos, definição de estrutura e especificação realizados.

Tabela 5

Validação dos pressupostos e escolha do modelo estatístico

Tipo	Aspecto avaliado	Teste realizado
Pressuposto	Multicolinearidade	VIF (Variance Inflation Factor)
Pressuposto	Heterocedasticidade	Wald Modificado
Teste de estrutura	Quebra estrutural	Chow
Teste de especificação	Efeitos fixos x Efeitos aleatórios	Hausman
Teste de especificação	Efeitos aleatórios x Pooled	LM de Breusch-Pagan

Fonte: Elaborada pelos autores.



4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Estatística descritiva

As Tabelas 6 e 7 apresentam uma análise geral, de média e dispersão da variável ETR, sob a ótica dos setores, Tabela 6, e sob a ótica dos governos, Tabela 7.

Tabela 6

Estatística descritiva ETR por setor

Setor	Média Centro	Desvio Padrão Centro	Média Direita	Desvio Padrão Direita	Média Esquerda	Desvio Padrão Esquerda
Sem classificação	-	-	0,24	0,19	0,26	0,15
Bens Industriais	0,29	0,12	0,28	0,13	0,30	0,15
Comunicações	0,25	0,13	0,22	0,16	0,25	0,12
Consumo Cíclico	0,25	0,20	0,21	0,15	0,23	0,18
Consumo não Cíclico	0,25	0,13	0,24	0,13	0,23	0,14
Materiais Básicos	0,25	0,14	0,26	0,13	0,26	0,10
Outros	0,08	0,05	0,10	0,09	0,19	0,02
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,36	0,05	0,25	0,11	0,29	0,10
Saúde	0,30	0,09	0,23	0,17	0,27	0,12
Tecnologia da Informação	0,33	0,09	0,24	0,21	0,28	0,20
Utilidade Pública	0,29	0,11	0,23	0,11	0,25	0,11

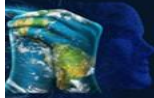
Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 6, onde se evidencia a estatística descritiva da ETR por setor e por governo, observa-se que os setores altamente regulados, como o de utilidade pública, saúde, petróleo e gás, apresentam menor variação da ETR e pouca influência da ideologia do governo, isso pode estar relacionado com a rigidez das normas setoriais que limitam as alternativas de práticas fiscais mais agressivas, o que também foi identificado por Bartoluzzio *et al.* (2023), ao analisarem a relação entre a governança corporativa e as práticas tributárias em empresas brasileiras. Já os setores mais sensíveis ao ciclo econômico, como o de consumo cíclico e comunicações, apresentam maior variação da ETR entre os espectros ideológicos.

Os desvios-padrões apresentados na Tabela 6 apontam importantes indícios sobre a heterogeneidade do comportamento tributário dentro dos setores. O setor de tecnologia da informação, por exemplo, apresenta desvios mais elevados (acima de 0,20 sob governos de direita), indicando que as empresas desse segmento adotam estratégias fiscais mais diversificadas. Já setores como o de utilidade pública e materiais básicos mantêm desvios baixos e estáveis, sugerindo uniformidade nas práticas fiscais, possivelmente em decorrência da rigidez regulatória.

A Tabela 6 revela, também, que os setores de consumo cíclico e comunicações são mais sensíveis à ideologia governamental, com quedas na média da ETR sob governos de direita, sugerindo uma maior agressividade tributária neste contexto. No setor de consumo cíclico, por exemplo, a ETR aumentou aproximadamente 14,17% quando migrou da direita para a esquerda. Já os setores, como consumo não cíclico e bens industriais apresentaram uma relativa estabilidade na ETR média, independentemente da ideologia do governo, indicando um baixo impacto político sobre suas práticas tributárias.

Já na Tabela 7, onde é apresentada a estatística descritiva da ETR somente por governo, observa-se que o governo de centro registrou a maior média de ETR (0,27), seguido pelo governo de esquerda (0,26) e de direita (0,24), os desvios-padrões são relativamente próximos entre os três, sendo 0,14 para centro e direita e 0,15 para esquerda. Importante destacar que o governo de centro analisado seguia o PPA da Dilma Rousseff (PT), e apesar do presidente Michel Temer (PMDB) ter buscado meios tais como a PEC do Teto de Gastos (EC 95/2016), a Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017), a proposta da Reforma da Previdência (mesmo não



sendo concluída dentro do seu mandato), ainda assim os resultados obtidos em relação ao governo de centro podem ter influência do governo de esquerda que o antecedeu.

Tabela 7

Estatística descritiva ETR por governo

Governo	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Centro	0,27	0,14	0,00	0,91
Direita	0,24	0,14	0,00	0,99
Esquerda	0,26	0,15	0,00	0,94

Fonte: Elaborada pelos autores.

É importante observar, ainda na Tabela 7, que os valores mínimos da ETR são iguais a zero em todos os grupos, indicando que há empresas que conseguem, em qualquer cenário político, eliminar por completo sua taxa efetiva de impostos, o que reforça os achados de Silva (2017), em que o ambiente tributário brasileiro favorece a adoção de práticas de agressividade fiscal sofisticadas, independentemente da ideologia político-partidário do governo vigente. Porém, no que tange ao valor máximo de ETR coletado na amostra, observa-se o efeito inverso às médias, sendo o máximo da direita (0,99), seguido pela esquerda (0,94) e centro (0,91).

Ao se analisar o conjunto dos dados de estatística descritiva dos governos de centro, direita e esquerda é possível inferir que a orientação ideológica de direita está associada a uma carga tributária efetiva (ETR) menor, em comparação às orientações de centro e de esquerda. Essa conclusão vai ao encontro dos achados de Bartoluzzio *et al.* (2023), que identificaram relação entre os governos mais direcionados ao liberalismo e uma maior permissividade à adoção de estratégias fiscais mais agressivas.

4.2 Regressão linear múltipla

Foram estimados três modelos para avaliar os efeitos isolados de cada espectro ideológico de governo sobre a ETR. O modelo 1 comparando os governos de centro e direita ao governo de esquerda, o modelo 2 comparando os governos de centro e esquerda ao governo de direita, e o modelo 3 comparando os governos de esquerda e direita ao governo de centro. Os resultados estão expressos de forma detalhada na Tabela 8.

Tabela 8

Resultados dos modelos de regressão para a variável dependente AF

$$AF_{it} = \beta_0 + \beta_1 GOV_{it} + \beta_2 \log AT_{it} + \beta_3 LEV_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	Modelo 1: GOVc e GOVd			Modelo 2: GOVc e GOVe			Modelo 3: GOVe e GOVd		
	Coef.	EP*	p-valor	Coef.	EP	p-valor	Coef.	EP	p-valor
GOVc	0,0144	0,0098	0,1426	0,0287	0,0099	0,0037	-	-	-
GOVd	-0,0143	0,0091	0,1146	-	-	-	0,0287	0,0099	0,0037
GOVe	-	-	-	-0,0143	0,0091	0,1146	-0,0144	0,0098	0,1426
LogAT	-0,0013	0,0021	0,5284	0,0013	0,0021	0,5284	-0,0013	0,0021	0,5284
LEV	0,0015	0,0026	0,5653	0,0015	0,0026	0,5653	0,0015	0,0026	0,5653
ROA	-0,0095	0,0014	0,0000	0,0095	0,0014	0,0000	-0,0095	0,0014	0,0000
Constante	0,3078	0,0480	0,0000	0,2935	0,0481	0,0000	0,3222	0,0481	0,0000
Wald (chi ²)	58,51	-	-	58,51	-	-	58,51	-	-
Nº Obs.	1.317	-	-	1.317	-	-	1.317	-	-

*EP = Erro padrão; Variável GOV apresentada como GOVc = Governo de Centro, GOVd = Governo de direita e GOVe = Governo de esquerda.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 8 apresenta a variável GOV detalhada por governo de modo a apresentar os resultados isolados da *dummy*. Nesta análise, os governos são comparados, demonstrando em quanto varia a ETR de um determinado governo quando comparado a outro, por isso foram



estimados três modelos distintos, deixando sempre um em omissão, servindo de referência para confrontar com os demais.

No modelo 1, a ideologia política não apresentou resultados estatisticamente significativos sobre a ETR, podendo-se inferir que os governos de centro e de direita não apresentam influência significativa sobre a ETR, quando comparados ao governo de esquerda, o que indica e se confirma posteriormente, que o governo de esquerda não revela resultados robustos e confiáveis para se fazer inferências.

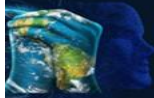
No modelo 2, o governo de centro, GOVc, apresentou significância estatística ($p = 0,0037$), com coeficiente positivo de 0,0287. Esse resultado sugere que os governos de centro estão associados a maiores ETRs, o que indica menor agressividade tributária por parte das empresas sob esse tipo de gestão, em comparação aos governos de direita. Em termos práticos, o coeficiente positivo aponta para um acréscimo de 2,87 pontos percentuais na taxa efetiva de tributação (ETR) sob governos de centro, em relação ao governo de direita, mantendo constantes todas as demais variáveis do modelo. Esse aumento na ETR reflete uma menor propensão à adoção de estratégias de planejamento tributário agressivo por parte das empresas nesse período.

No entanto, é importante destacar que o governo de centro utilizado na análise, em específico, corresponde ao período em que o então vice-presidente Michel Temer (MDB), de orientação centrista, assumiu a Presidência da República após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), de orientação à esquerda. Como Temer sucedeu imediatamente à gestão anterior, seguindo o mesmo Plano Plurianual, que ficou vigente até o ano de 2019, os resultados observados podem ter sido influenciados pela continuidade de diretrizes e políticas herdadas, o que pode ter limitado a autonomia da nova gestão para promover mudanças fiscais, mais características da ideologia centrista, no curto prazo.

Já no modelo 3, a variável GOVd apresentou significância estatística ($p = 0,0037$), com coeficiente negativo de -0,0287. Esse resultado corrobora o encontrado no modelo 2 e indica que, sob governos de direita, as empresas apresentam uma ETR de 2,87 pontos percentuais menor em relação ao período de governo de centro, mantendo-se constantes todas as demais variáveis do modelo. Essa redução na taxa efetiva de tributação sinaliza uma postura mais agressiva em termos de planejamento tributário, o que pode estar relacionado à menor intervenção estatal e a políticas econômicas mais liberais típicas desse espectro ideológico, que acarreta menor taxa efetiva de impostos.

O governo de esquerda não apresentou significância estatística em nenhum dos três modelos analisados, o que impede afirmar, com base nos dados empíricos, que sua atuação tenha influenciado de forma relevante a ETR das empresas. Esse resultado contraria as evidências apontadas por Coelho (2013) Paes (2014) Bartoluzzio *et al.* (2023), e Gomes *et al.* (2024), as quais indicam que governos de orientação à esquerda tendem a impactar o comportamento tributário das empresas, visto que promovem maior arrecadação e, conseqüentemente, fomentam práticas mais agressivas para redução da carga tributária.

Os resultados, de modo geral, indicam que, sob gestões de orientação à direita, as empresas tendem a apresentar menores taxas efetivas de tributação (ETR), sugerindo um comportamento mais agressivo em termos de planejamento tributário. Tal evidência permite inferir que os contextos políticos marcados por orientações ideológicas à direita podem criar um ambiente mais permissivo e menor carga tributária efetiva. No que tange aos governos de centro, entretanto, considerando os vieses políticos e institucionais específicos do período analisado, principalmente o contexto de transição decorrente do *impeachment* e a continuidade do Plano Plurianual que foi herdado, recomenda-se cautela na formulação de inferências conclusivas, dada a possível influência de fatores exógenos à ideologia governamental propriamente dita.



Os resultados das regressões estão em consonância com as análises efetuadas da estatística descritiva, que apontava maior agressividade tributária das empresas em períodos de governos de direita (Tabelas 6 e 7). Tais achados estão em concordância com os estudos de Arvate, Avelino e Lucinda (2008) e Marques *et al.* (2022), os quais apontam que governos de orientação à direita exercem influência significativa sobre a dinâmica econômica no contexto geral. Ademais, os resultados reforçam as evidências apresentadas por Lazzari (2022) e Bartoluzzio *et al.* (2023), que indicam uma tendência desses governos à menor arrecadação tributária. Nesse contexto, observa-se que as empresas acabam sujeitas a uma carga fiscal reduzida, o que, para os fins analíticos deste trabalho, é interpretado como um indicativo de maior agressividade tributária.

Os resultados referentes ao governo de centro estão alinhados com a literatura de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) e Bartoluzzio *et al.* (2023), que destacam a tendência desse espectro ideológico à moderação e à adaptação diante das conjunturas políticas e institucionais. O coeficiente estatisticamente significativo observado neste estudo sugere que, no contexto analisado, o governo de centro esteve vinculado a uma maior ETR em relação ao governo de direita, indicando menor agressividade tributária. Essa evidência pode refletir a manutenção de políticas fiscais mais rígidas ou a continuidade administrativa de diretrizes herdadas do governo anterior. Apesar da esquerda não ter apresentado significância estatística para análise, Coelho (2013), Paes (2014), Bartoluzzio *et al.* (2023) e Gomes *et al.* (2024) sugerem uma maior arrecadação, conseqüentemente, maior ETR e menor agressividade fiscal.

O ROA foi a única variável de controle que apresentou significância, e em alto grau, com p-valor < 0,0001 e coeficiente negativo em todos os modelos, sugerindo que empresas mais lucrativas tendem a possuir uma carga tributária (ETR) menor, o que indica maior agressividade tributária. Essa evidência está em conformidade com os estudos de Chen *et al.* (2010), Mocanu, Constantin e Vasile (2020), Mamede Júnior *et al.* (2023).

A Tabela 9 apresenta um resumo dos resultados encontrados, todas as hipóteses inicialmente formuladas foram refutadas. H1, a qual sugeria que governos federais de direita influenciariam negativamente a agressividade tributária, foi rejeitada, uma vez que o coeficiente no governo de direita se mostrou estatisticamente significativo e negativo. Isso indica que governos de direita estão associados a uma menor ETR, o que sugere maior agressividade tributária. Tal comportamento pode ser atribuído à lógica de menor intervenção estatal no mercado, comumente associada a esse espectro ideológico no Brasil, que conseqüentemente propicia uma menor taxa efetiva de impostos.

Tabela 9

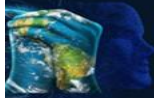
Resumo das hipóteses e resultados.

Hipótese	Resultado	Interpretação
H1: Governos federais de direita influenciam negativamente a agressividade tributária nas empresas brasileiras de capital aberto.	Rejeitada	Aumenta agressividade/ Reduz a ETR
H2: Governos federais de esquerda influenciam positivamente a agressividade tributária nas empresas brasileiras de capital aberto.	Não confirmada	Sem significância estatística
H3: Partidos de centro não geram influência significativa sobre a agressividade tributária das empresas brasileiras de capital aberto.	Rejeitada*	Diminui a agressividade/ Aumenta a ETR

*Os achados não suportam integralmente a interpretação necessária, em decorrência do contexto econômico altamente específico.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A hipótese H2, que previa que governos de esquerda influenciariam positivamente a agressividade tributária, não pôde ser confirmada, já que não foi estatisticamente significativa. Isso impossibilita qualquer inferência robusta sobre a influência desse espectro ideológico. Já a hipótese H3, que sugeria que partidos de centro não teriam influência significativa, foi rejeitada. Os resultados mostraram que o modelo para o governo de centro apresentou um



coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Isso indica que governos de centro estão associados a uma ETR maior, o que sugere menor agressividade tributária por parte das empresas. É importante, contudo, ressaltar que o período analisado foi marcado por uma transição política abrupta, o que pode ter mantido a influência de diretrizes fiscais herdadas do governo anterior, de esquerda.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar a influência da ideologia político-partidária dos governos federais sobre a agressividade tributária de empresas brasileiras de capital aberto. Usando uma regressão linear múltipla com dados em painel, a pesquisa examinou a taxa efetiva de tributação (ETR) de empresas listadas na B3 (exceto do setor financeiro) durante os primeiros três trimestres de 2018, 2022 e 2024.

Os modelos econométricos revelaram que governos de direita estiveram associados a uma menor ETR, o que sugere maior agressividade tributária por parte das empresas. Esse resultado está em linha com a literatura de Lazzari (2022) e Bartoluzzio et al. (2023), que indicam que governos de direita tendem a arrecadar menos tributos. Por outro lado, o governo de centro apresentou uma ETR mais elevada, indicando menor propensão à agressividade fiscal. No entanto, é fundamental considerar o contexto político específico do período analisado — a transição após o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer. A continuidade de políticas fiscais herdadas da gestão anterior pode ter influenciado os resultados, limitando a capacidade do governo de centro de implementar mudanças mais alinhadas à sua ideologia.

O governo de esquerda não mostrou significância estatística, o que impede a conclusão de que sua atuação tenha influenciado de forma relevante a ETR das empresas no período estudado. Esse achado contrasta com a literatura de Bartoluzzio et al. (2023) e Gomes et al. (2024), que sugerem que governos de esquerda adotam posturas mais intervencionistas e arrecadam mais.

Em suma, a pesquisa confirma que a orientação ideológica do governo pode influenciar o comportamento tributário das empresas. Governos de direita, com menor intervenção estatal, parecem criar um ambiente onde as empresas têm mais espaço para estratégias fiscais agressivas, resultando em uma ETR menor.

Apesar de teoricamente fundamentados, os achados têm algumas limitações. O período de análise, restrito a três trimestres de cada governo, pode não capturar os efeitos de políticas fiscais de médio e longo prazo. Além disso, a categorização dos governos com base unicamente na ideologia do presidente desconsidera a complexidade das coalizões partidárias e as pressões do poder Legislativo, que podem atenuar a orientação ideológica formal (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023).

Este estudo contribui para a literatura ao evidenciar a relação entre o ambiente político-ideológico e as práticas tributárias corporativas. Como implicação prática, os resultados reforçam a importância da previsibilidade institucional para a gestão tributária empresarial. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o recorte temporal, incluir outras variáveis institucionais (como setor e a influência das "Big Four") e usar outras métricas de agressividade tributária, como ETR corrente e ETR *Cash*.

Referências

- Arvate, P. R., Avelino, G., & Lucinda, C. R. (2008). Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 38(4), 789–814. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612008000400004>
- Badertscher, B. A., Katz, S. P., & Rego, S. O. (2013). The separation of ownership and control and corporate tax avoidance. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 228–250. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.08.005>



- Barbosa, L. O. S., Leal, R. de S., Oliveira, F. A. de, & Sousa, F. M. P. de. (2019). Ideologia partidária e crise fiscal dos estados: o caso de Minas Gerais. *Nova Economia*, 29(2), 487–513. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4808>
- Bartoluzzio, A. I. S. de S., Macedo, M. Á. da S., Queiroz, D. B. de, Cruz, C. F. da, & Santos, O. M. dos. (2023). Ideologia Político-Partidária e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 11(1), 134–156. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2023v11n1.64500>
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Revista de Ciências Sociais*, 66(2), 1–29. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Brasil. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre a tributação das pessoas jurídicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 nov. 1998.
- Brugni, T. V., Prates, J. C. R., & Vieira, R. C. (2025). O papel da participação estatal na agressividade tributária de empresas brasileiras. *Revista Gestão & Conexões*, 14(2). <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2025.14.2.45976.107.128>
- Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, 95(1), 41–61. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2009.02.003>
- Coelho, A. F. C. (2013). Tributação e estado de direito: uma avaliação empírica. *Duc In Altum - Cadernos de Direito*, 5(7). <https://doi.org/10.22293/2179-507x.v5i7.86>
- Cossio, F. A. B. (2001). O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*, 2(1), 207–258. <https://www.researchgate.net/publication/4982705>
- Couto, B. R. (2006). *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* (2a ed.). Cortez.
- Duhoon, A., & Singh, M. (2023). Corporate tax avoidance: a systematic literature review and future research directions. *LBS Journal of Management & Research*, 21(2), 197-217. <https://doi.org/10.1108/LBSJMR-12-2022-0082>
- Dyreg, S. D., Hanlon, M., & Maydew, E. L. (2008). Long-run corporate tax avoidance. *The Accounting Review*, 83(1), 61–82. <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.1.61>
- Engels, F., & Marx, K. (1982). Manifesto do Partido Comunista (1848). In *Marx-Engels: Textos* (Vol. 3, pp. 13-47). Edições Sociais.
- Ferreira, C. de O., Carvalho, L. de F., Carvalho, O. A. de, & Cunha, J. V. A. da. (2024). Agressividade tributária em cenário de crise econômica e dificuldade financeira: uma análise em empresas listadas na B3. *Revista Ambiente Contábil*, 16(2), 96–116. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n2ID34452>
- França, T. S., & Bezerra, F. A. (2022). Agressividade tributária nas empresas de capital aberto que atuam em mercado regulado. *Revista Ambiente Contábil*, 14(1), 110–130. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n1ID23934>
- Ftouhi, K., & Ghardallou, W. (2020). International tax planning techniques: a review of the literature. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(2), 329–343. <https://doi.org/10.1108/JAAR-05-2019-0080>
- Gaaya, S., Lakhali, F., & Lakhali, N. (2017). Does family ownership reduce corporate tax avoidance? The moderating effect of audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 32(7), 731–744. <https://doi.org/10.1108/MAJ-02-2017-1522>
- Gomes, A., Cunha, J., Bispo, J., & Lourenço, I. (2024). Impacto da complexidade tributária e dos parcelamentos na desobediência tributária no Brasil: um estudo no âmbito da tributação federal relacionada ao IRPJ, à CSLL, ao PIS/Pasep e à Cofins. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 18(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v18i3.3419>



- Graham, J. R., Hanlon, M., Shevlin, T., & Shroff, N. (2014). Incentives for Tax Planning and Avoidance: Evidence from the Field. *The Accounting Review*, 89(3), 991–1023. <https://doi.org/10.2308/accr-50678>
- Guenther, D. A., Krull, L. K., & Williams, B. S. (2021). Are corporate tax outcomes informative about future firm performance? *Journal of the American Taxation Association*, 43(1), 95–114. <https://doi.org/10.2308/JATA-19-032>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. Amgh Editora.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 127–178. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Lazzari, E. (2022). Policy Drift em governos ideologicamente heterogêneos: política tributária na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 56(1), 23–46. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210132>
- Macedo Junior, E., Brugni, T. V., Monte-Mor, D. S., & Beiruth, A. X. (2023). Efeito da remuneração como incentivo gerencial ao risco e agressividade tributária no Brasil. *Revista Gestão Organizacional*, 16(1), 117–134. <https://doi.org/10.22277/rgo.v16i1.6748>
- Marinho, L. L. da S., & Machado, L. de S. (2024). Parcelamento tributário como determinante da agressividade fiscal em empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34(93), e1754. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231754.pt>
- Marques, V. A., Zucolotto, A. de F., Acerbe, L. G., & Zanoteli, E. J. (2022). Incerteza Econômica e Nível de Agressividade Tributária das Empresas Listadas na B3. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 16(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v16i1.2992>
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade Tributária: Um Survey da Literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(edição especial). <https://doi.org/10.17524/repec.v11i0.1724>
- Martinez, A. L., & Fonseca, N. M. (2020). A influência da estrutura de controle na agressividade tributária corporativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 39(2), 153–163. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v39i2.43978>
- Martinez, A. L., & Reinders, A. P. G. S. (2018). Qual o efeito da agressividade tributária na rentabilidade futura? Uma análise das companhias abertas brasileiras. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 5(1), 3–14. <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2018.v5ed16485>
- Martinez, A. L., Rodrigues, J., Dias Filho, J. M., & Nakao, S. (2024). Agressividade tributária e financeirização corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade Gestão e Governança*, 26(3), 378–412. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i3.3130>
- Martinez, A. L., & Salles, A. F. (2018). Agressividade Tributária e Cash Holdings: um Estudo das Companhias Abertas Brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(3), 4–23. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i3.24890>
- Martins, G., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. Grupo Gen-Atlas.
- Martins, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289–300. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>
- Mocanu, M., Constantin, S. B., & Vasile, R. (2020). Determinants of tax avoidance – Evidence on profit tax-paying companies in Romania. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 34(1), 2013–2033. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1860794>
- Moraes, G. S. de C., Nascimento, E. M., Soares, S. V., & Prímola, B. F. L. (2021). Agressividade fiscal e evidência tributária: Um estudo das companhias brasileiras de capital aberto. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 19(1), 197–216. <https://doi.org/10.19094/contextus.2021.61612>



- Nesbitt, W. L., Persson, A., & Shaw, J. (2020). Auditor-Provided Tax Services and Clients' Tax Avoidance: Do Auditors Draw a Line in the Sand for Tax Advisory Services? *SSRN*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3556702>
- Oliveira, H. M. J. (2003). *Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais*. Cortez.
- Paes, N. L. (2014). Os efeitos dos parcelamentos sobre a arrecadação tributária. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 44(2), 323–350. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612014000200004>
- Pereira, L. C. B. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Revista Novos Estudos*, 74, 25–46. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- Ramalho, G. C., & Martinez, A. L. (2014). Empresas familiares brasileiras e a agressividade fiscal. In *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/500.pdf>
- Richardson, G., Taylor, G., & Lanis, R. (2014). The impact of financial distress on corporate tax avoidance spanning the global financial crisis: Evidence from Australia. *Economic Modelling*, 36, 225–235. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2013.09.015>
- Rodrigues, D. V., & Galdi, F. C. (2020). Taxa de imposto efetiva nas empresas brasileiras: uma comparação entre as companhias abertas e fechadas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 57–69. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p57>
- Santos, L. P. G., Soares, P. A., Freitas, S. C. de, & Dias Filho, J. M. (2021). A influência dos serviços tributários prestados pelo auditor na tax avoidance das empresas: evidências do Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15(71), e175839. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.175839>
- Saragih, A. H., & Ali, S. (2023). Corporate tax risk: a literature review and future research directions. *Management Review Quarterly*, 73, 527–577. <https://doi.org/10.1007/s11301-021-00251-8>
- Shevlin, T., Thornock, J., & Williams, B. (2017). An examination of firms' responses to tax forgiveness. *Review of Accounting Studies*, 22, 577-607. <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9390-6>
- Silva, D. D. R. J. M., & Silva, T. N. (2023). Paradigma do Estado de Bem-Estar Social: aspectos sociojurídicos e filosóficos do Neoliberalismo e seu impacto na educação brasileira. *Revista Jurídica Direito & Realidade*, 11(15), 64-84. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/article/view/3050/1863>
- Silva, J. M. D. (2017). *A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.96.2017.tde-06012017-151945>
- Smith, A. (1983). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Abril Cultural.
- Souza, C., Landim, H., Pereira, M., Freitas, P., Mendonça, T., Rocha, V., & Amorim, W. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 15(1), e24-e39. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.18077>
- Tardin, N., & Oliveira, W. L. de. (2021). Empresas gerenciam lucros tributáveis e contábeis simultaneamente em tempos de crise? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(3), 192–214. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140307>
- Wooldridge, J. M. (2010). *Análise econométrica de dados em seção transversal e em painel*. Cengage Learning.
- Xavier, M. B., Theiss, V., & Ferreira, M. P. (2022). Impacto da agressividade fiscal na rentabilidade das empresas de capital aberto listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, e3229. <https://doi.org/10.16930/2237-766220223229>